

A identidade do País e do Governo

Gaudêncio Torquato (*)

A análise política trabalha com dois conceitos para interpretar fenômenos ligados aos protagonistas da política, sejam pessoas físicas ou jurídicas, políticos ou governos: identidade e imagem

O primeiro se refere à índole dos protagonistas, seu caráter, programas e ações, o que verdadeiramente representam; já a imagem é a projeção da identidade, significando a percepção que deles têm os cidadãos, a maneira como as pessoas vêem os integrantes da esfera política. A identidade do Brasil, por exemplo, abriga um conjunto de elementos, dentre os quais o tamanho do território, suas riquezas naturais, a natureza de sua população, os ciclos históricos, as tradições e costumes, enfim, tudo que possa realçar o porte do país.

Convido o leitor a construir na mente o mapa da identidade da Nação brasileira. Da mesma maneira, tente imaginar a identidade do Estado e município onde mora. Faça uma comparação com outros entes federativos. E pense na questão: os governos do Estado e do país correspondem efetivamente à dimensão dos territórios que governam?

Escolhamos, a título de melhor associação de ideias, o governo Bolsonaro. Sem intenção de diminuir seu peso na balança da análise política, cresce a percepção de que a identidade do governo é baixa em relação à altura do Brasil. É como se o país medisse um metro de altura e a administração Bolsonaro apenas cinquenta centímetros. Conclusão: falta muito governo para cobrir o real tamanho do nosso território continental.

O que causa tal sentimento? Vamos lá: a crise interna entre grupos, a ideologização que gera conflitos, o despreparo de perfis, a extrema relevância que se dá ao guru da família Bolsonaro e até mesmo o baixo nível na linguagem usada por protagonistas. Eis o que disse durante a semana a ministra dos Direitos Humanos: “a Funai tem de ficar com mamãe Damares, não com papai Moro”. Assim a titular da pasta de Direitos Humanos fez apelo para conservar sob sua órbita a Fundação Nacional do Índio.

Já o horoscopista elogiado pelo presidente e agraciado com o maior galardão do Itamaraty é o recordista no uso de palavras chulas. Ora, há uma liturgia do poder, que obriga participantes da esfera governamental a adotar posturas condizentes com o cargo, o que inclui o uso de expressão conveniente. O que se constata é a “infantilização” da linguagem (essa de Damares) ou os adjetivos sacados do pântano por figuras que posam de heróis. O próprio Bolsonaro faz afirmações que fogem à régua da liturgia presidencial.

A sensação de um governo menor deriva também do fato de se fazer trocas (ou criação) de áreas – Coaf da Justiça para a Economia, Funai em negociação, política industrial saindo da Economia para Ministério da Tecnologia, renascimento de ministérios – não por questões de escopo técnico, mas por conveniências de natureza política. Diminuir poder de um e passar a outro. Onde está o tão propagado compromisso de evitar o “troca-troca”, o “toma lá dá cá”?

Espraia-se a percepção de que a administração não é operada dentro de critérios técnicos. A taxa de improvisação é alta. Há ilhas de qualidade, como é o caso da equipe econômica comandada pelo ministro Paulo Guedes ou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, mas o arquipélago governamental é povoado de perfis sem densidade/experiência na área em que atuam.

Qual é, afinal, a coluna vertebral do governo? O barulho maior se dá em torno da reforma da Previdência. Mas a questão fiscal-tributária assola os Estados e não há indicações de saída para equilibrar os entes federativos. O imprevisto está no ar. A principal embaixada do Brasil no mundo, a dos Estados Unidos, não tem titular. O chanceler espera que um conselheiro seu amigo seja promovido a embaixador para nomeá-lo ao cargo.

O “índice de coisas estabanas” que poderíamos designar doravante como ICE, tende a se expandir. E a esfacular a identidade do governo Bolsonaro. Não à toa, forma-se em nossa cognição a ideia de que o Brasil tem um governo menor que sua grandeza exige.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação. [Twitter@gaudtorquato](https://twitter.com/gaudtorquato). Acesso a blog www.observatoriotpolitico.org.

O que muda na pensão por morte e na aposentadoria por invalidez

A maquiadora Michelle Peres Gomes, 33 anos, moradora de Valparaíso de Goiás (GO), tem direito a pensão pela morte do marido, causada pela infecção por hantavírus em 2017

Ele trabalhava como vigilante e ela agora recebe R\$ 1,9 mil para cobrir as despesas com os dois filhos do casal, de 12 e 8 anos. O dinheiro é usado principalmente no transporte deles para a escola e na compra de roupas, além de pagar as contas de luz, água e condomínio.

Para complementar a renda, Michelle passou a trabalhar fora e conta com a ajuda da avó das crianças em casa. “A pensão é fundamental. Eu dependo dela para quase tudo, sem ela nem tinha como sobreviver. Só que até para a alimentação, ou para a escolinha de futebol dos meninos, eu tenho que pagar por fora, com o dinheiro do meu trabalho”, explica.

Assim como Michelle, milhões de pessoas no Brasil dependem da pensão por morte para sustentar a família. Atualmente o valor do benefício equivale a 100% da aposentadoria recebida pelo segurado ou ao valor a que teria direito se fosse aposentado por invalidez. Se houver mais de um dependente, a pensão



Milhões de pessoas no Brasil dependem da pensão por morte para sustentar a família.

é dividida entre eles. Se a reforma for aprovada sem alterações no Congresso, haverá novas regras no pagamento do benefício para dependentes de servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada.

O valor da pensão passará a ser gradual, de acordo com o número de dependentes. A regra geral para o cálculo da

pensão será a seguinte: 50% do valor do benefício que o segurado recebia (parcela fixa) mais 10% por dependente (cota individual para o cônjuge ou o filho não emancipado menor de 21 anos), até atingir o máximo de 100%. O limite do RGPS é o valor do teto do INSS: R\$ 5.839,45 em 2019.

O valor de 60% corresponde

a 20 anos de contribuição previdenciária. Se os pagamentos ultrapassaram esse período, o valor será acrescido de 2% para cada ano. O benefício será de 100% em caso de morte por acidente de trabalho e doenças profissionais. As pensões concedidas antes da nova lei entrar em vigor não terão seus valores alterados (Ag. Senado).

Pagamento do adicional de 1/3 sobre férias vendidas

Projeto prevê que o trabalhador que vender dez dias de férias receberá 1/3 de abono referente a esse período. Apresentada pelo deputado Carlos Bezerra (MDB-MT), a proposta está em análise da Câmara.

Atualmente, a CLT assegura ao empregado o direito de converter o correspondente a 10 dias de férias em abono pecuniário, mas sem a incidência do terço a mais previsto na Constituição.

O TST, em julgamento quanto à incidência de 1/3 sobre o abono pecuniário, em 2014, também foi contrário à concessão desse direito ao trabalhador. O projeto também prevê que o 1/3 adicional de férias seja pago nos casos de paralisação total ou parcial da empresa por mais de 30 dias. Hoje a CLT veda o direito de férias ao empregado que deixar de trabalhar, recebendo salário, por mais de 30 dias, em virtude de paralisação da empresa.

Ambas as medidas já constaram em projetos que tramitaram na Câmara, apresentados pelo próprio Bezerra. “Tendo em vista o arquivamento dos projetos e a manutenção do posicionamento judicial divergente ou em contrário sobre as matérias, reapresentamos nossas propostas para a análise nesta Casa”, afirmou o parlamentar. A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Trabalho; e de Constituição e Justiça (Ag. Câmara).

Diagnóstico de câncer em até 30 dias pelo SUS na pauta do Senado

Projeto que garante aos pacientes do SUS com suspeita de câncer o direito a biópsia no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do pedido médico, é uma das matérias da pauta de votações do Plenário do Senado hoje (14). Se for aprovado, o projeto segue para sanção presidencial. As votações da semana serão conduzidas pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), 1º vice-presidente do Senado, já que o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, cumpre agenda nos Estados Unidos.

Da deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), o projeto determina que o limite de até 30 dias valerá para os exames necessários nos casos em que a neoplasia maligna (termo médico que se refere aos tumores cancerígenos) seja a principal hipótese do médico. Se a proposta for aprovada, a mudança será feita na lei que já estipula o início do tratamento pelo SUS em no máximo 60 dias a partir do diagnóstico do câncer.

O objetivo é acelerar ainda mais o acesso a medicações



Plenário será comandado pelo primeiro vice-presidente, senador Antonio Anastasia, durante as votações da semana.

e cirurgias necessárias pelos pacientes. Zanotto avaliou que a falta de prazo também para os exames diagnósticos é uma lacuna na lei atual.

Dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca) apontam que 300.140 novos casos foram registrados entre os homens e 282.450 entre as mulheres, somente em 2018. Já os últimos dados de mortalidade por câncer disponíveis apontam para 107.470 homens e 90.228 mulheres no ano passado.

Também pronto para ser

votado está o projeto que inclui os precatórios entre as exceções de controle previstos na legislação que trata de estímulos ao equilíbrio fiscal de estados. Essa norma concedeu prazo adicional de 240 meses para o pagamento de dívidas dos estados com a União, no intuito de atenuar os efeitos da crise fiscal. O projeto, do senador José Serra (PSDB-SP), inclui entre as exceções as despesas referentes aos precatórios (Ag. Senado).

Senadores destacam importância de Allan Kardec

Os 150 anos da morte de Allan Kardec, propagador da doutrina do espiritismo, foram lembrados em sessão especial do Senado ontem (13). Escritor e educador, o francês Hippolyte Léon Denizard Rivail nasceu numa família de orientação católica com tradição na magistratura e na advocacia e faleceu em Paris, em 31 de março de 1869, aos 64 anos. Ele adotou o pseudônimo Allan Kardec em seu trabalho de codificação da doutrina espírita.

Autor do requerimento para a homenagem, o senador Eduardo Girão (Pode-CE) chamou a atenção para a importância de Kardec, ressaltando que em várias publicações, principalmente em O Livro dos Espíritos e O Evangelho Segundo o Espiritismo, ele “revelou conceitos novos e mais aprofundados a respeito de Deus, do universo, dos homens, dos espíritos e das leis que regem a vida”.

O senador disse que teve o primeiro contato com a doutrina após ser acometido por síndrome do pânico, há cerca de 20 anos. “Para mim é muito especial falar de Allan Kardec, falar do espiritismo, porque a minha vida foi

transformada nesta existência pela doutrina espírita”. O senador Nelsinho Trad (PSD-MS) relatou que seu pai e tios, já falecidos, eram advogados e chegaram a defender um homem e a conseguir absolvê-lo de um processo criminal em Campo Grande, após terem recebido uma mensagem psicografada pelo médium Chico Xavier.

Apresente do Centro Espírita Espírita do Estado do Ceará, Olga Lúcia Espíndola Freire Maia, disse que Allan Kardec recebeu mensagem do Consolador, segundo a qual não se deve fazer “das coisas do céu degraus para as coisas na terra” (Ag. Senado).

Presidente da Associação Peter Pane ex-presidente da Federação Espírita do Estado do Ceará, Olga Lúcia Espíndola Freire Maia, disse que Allan Kardec recebeu mensagem do Consolador, segundo a qual não se deve fazer “das coisas do céu degraus para as coisas na terra” (Ag. Senado).

Comissão da reforma da Previdência ouve especialistas

A comissão especial que analisa a proposta da reforma da Previdência na Câmara realiza nesta semana audiências temáticas sobre aposentadorias especiais, os regimes previdenciários dos estados e municípios e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). De acordo com o presidente da comissão especial, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), serão realizadas audiências para discutir temas considerados “quase natimortos”.

“Eu acho que tem três temas que praticamente estão fora: [trabalhadores] rurais, BPC e professores. Tem alguns temas sensíveis: a desconstitucionalização, capitalização e estados e municípios. [Já] a regra de transição, a comissão vai ter que discutir cada uma, considerando a especificidade de cada categoria. Agora, se começar a ceder para uma, vai ter que ceder para outra e quando vê não sobrou nada”, avaliou Ramos. Siglas como PR e MDB são contrários a mudança das regras de aposentadoria para professores e outros 13 partidos também já se posicionaram pela retirada do BPC e da aposentadoria rural do texto.

“A decisão do meu partido [PR] é não mudar as regras atu-



Presidente da comissão especial, deputado Marcelo Ramos (PR-AM).

ais dos professores (homem se aposenta aos 55 anos e mulher, aos 50 anos). O meu partido e o MDB são contra qualquer alteração que mude as regras de aposentadoria dos professores, seja no Regime Geral ou nos Regimes Próprios”, afirmou o deputado. Para o presidente da comissão especial, a capitalização proposta na reforma também encontrará resistência na Câmara. “Acho difícil pelo clima que existe aqui dentro”, disse. “[Capitalização] vai ser um tema sensível, vai ter pressão para tirar, mas tem um impacto fiscal significativo de R\$ 170 bilhões”, completou.

“Eu vejo o governo com capacidade de articulação para aprovar uma proposta com impacto fiscal importante. Eu não vejo governo com articulação capaz de reverter posições já tomadas de alguns partidos. Ninguém tomou posição sobre transição, então vejo o governo com capacidade para dizer que não vai mexer nada de transição. Agora, o governo conseguir fazer um partido que já manifestou uma decisão sobre determinado tema, voltar atrás, tem que acontecer coisa muito extraordinária até o dia de decidir”, afirmou (Abr).